

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.537 - PR (2019/0010805-9)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : ANA PAULA COUTO BUENO**  
**ADVOGADOS : DEMÉTRIUS COELHO SOUZA E OUTRO(S) - PR024363**  
**MARÍLIA BARROS BREDAS - PR057936**  
**ANDRÉ FELIPE SILVA PUSCHEL - PR080497**  
**AGRAVADO : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**ADVOGADO : JOAO LUIZ MARTINS ESTEVES E OUTRO(S) - PR015082**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS Nº 283 E 284/STF. DIREITO LOCAL. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 280/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ANA PAULA COUTO BUENO em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. MÉDICA GINECOLOGISTA. DECISÃO AGRAVADA QUE EXCLUIU O ENTE MUNICIPAL DO FEITO. MANUTENÇÃO. VÍNCULO DA AGRAVANTE COM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE. AUTONOMIAS FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Escorreita a exclusão do ente municipal do feito, tendo em vista que a agravante possui vínculo de trabalho com a Autarquia Municipal de Saúde, que possui personalidade jurídica própria, bem como autonomias financeira e operacional, sendo independente do ente público a que está vinculada.

No especial, alega-se que

deve o Município de Londrina responder de forma subsidiária, não apenas para assegurar os plenos direitos da recorrente, mas também porque a autarquia municipal da saúde (AMS) encontra-se diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, mercê do que determina o art. 27, caput, da Lei Municipal nº 8834/2002, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública direta e indireta.

Sem impugnação.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que, em que pese as alegações da parte recorrente de violação ao artigo 17 do CPC, a negativa de seguimento ao presente recurso especial é medida que se impõe, visto que a recorrente não atacou o fundamento do acórdão de que "em razão de a agravante possuir vínculo de trabalho com a Autarquia Municipal de Saúde, que possui personalidade jurídica própria e autonomias

financeira e administrativa, escoreito o afastamento do Município de Londrina no polo passivo da demanda" (fl. 626). Assim, o recurso encontra impedimento na súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque a agravante inicia os fundamentos do apelo especial atacando justamente tal fundamento, como pode ser observado no excerto a seguir reproduzido:

2.1.- Segundo o art. 17 do NCPC, para "postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Sob essa perspectiva, entende a recorrente que o Município de Londrina deve ser mantido no polo passivo da presente ação, apesar de a autarquia por si criada (integrante da administração pública indireta, portanto) possuir recursos financeiros e personalidade jurídica próprios. [destacou-se].

Isso porque a autarquia pode não se encontrar apta a cumprir suas obrigações ao tempo do pagamento bem como vir a ser extinta, caso se edite lei municipal nesse sentido. [destacou-se].

Não foi ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O recurso especial, de natureza extraordinária, não é conhecido quando não demonstrados os pressupostos constitucionais.

Exige-se para a admissão do apelo clareza na indicação dos artigos de lei federal alegadamente violados, bem como a explanação coerente, clara e precisa da medida em que o aresto objurgado teria afrontado cada um desses dispositivos, ou a eles tenha dado interpretação divergente da adotada por este ou por outro Tribunal.

Ausente fundamentação, ou quando deficiente, não se conhece do recurso (esse é o teor da jurisprudência cristalizada pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula nº 284/STF – "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" –, também aplicada ao especial).

A impugnação deve ser específica.

É certo na jurisprudência desta Corte que não se considera fundamentado o recurso especial (a) genérico, sem a efetiva demonstração de contrariedade à lei federal (cf. AgRg no AREsp 288.596/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/03/2016), (b) dissociado do contexto nos autos (cf. REsp 1337635/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 01/08/2013), (c) em que os dispositivos apontados não possuem comando normativo apto para infirmar os fundamentos do *decisum* (cf. AgRg no REsp 1279021/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/11/2013).

As razões recursais, em suma, não podem estar aquém do necessário para se

chegar a conclusão contrária ao que decidido na Corte *a quo* – como ocorrido.

É de inequívoca clareza a deficiência de fundamentação do recurso especial, pois estão as razões recursais, por falta de impugnação específica, aquém do necessário para se chegar a conclusão contrária ao juízo e às premissas jurídicas assentadas no acórdão objurgado.

Impositiva, por consectário, a aplicação das Súmulas nº 284/STF – "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" – e nº 283/STF – "é inadmissível o recurso especial quando o acórdão recorrido assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Não bastasse, o acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem – feita com base na interpretação do direito local (Lei Municipal nº 8834/2002) –, é vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**Relator**